

MARIA FERNANDA BICALHO. UM FORTE COMPROMISSO COM A HISTÓRIA¹

Entrevista com Maria Fernanda Bicalho, professora associada de História na Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro Brasil). Na entrevista, a professora Bicalho fala sobre a sua paixão pela História, da sua trajetória acadêmica e contribuições mais importantes no campo da historiografia sobre o Brasil colonial, assim como seus projetos de pesquisa atuais.



Prof.ª Dr.ª Maria Fernanda Bicalho.

Foto: Acervo pessoal.

José Manuel Santos Pérez

Profesor titular de Historia de América del Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea de la USAL.
Co-director de la REB.

manuel@usal.es

Nos últimos 20 anos, a historiografia sobre o Brasil colonial não poderia ser entendida sem a obra de Maria Fernanda Bicalho. Licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e mestre pelo programa de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil). Em 1997, recebeu o título de doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); posteriormente, em Portugal, realizou um pós-doutorado na Universidade de Lisboa. Foi professora visitante em várias universidades na França, Portugal e Espanha. Autora de livros fundamentais como *A cidade e o Império*, destaca-se também a sua participação - como organizadora e autora - em obras coletivas decisivas para compreender a escrita da História do Brasil nos últimos tempos, como *Antigo Regime nos Trópicos*, *Optima Pars*, *O governo dos povos*, *Modos de Governar*, e *O império deste mundo*. Por isso, é uma das historiadoras mais influentes no atual panorama historiográfico. Orientadora de inúmeras teses de doutorado, é protagonista da renovação dos estudos de História colonial tanto por suas inovadoras propostas conceituais como metodológicas. No Brasil, foi responsável pela introdução da obra do recentemente falecido António Manuel Hespanha, com quem teve uma estreita relação acadêmica. Como a entrevista se realizou antes do falecimento desse grande historiador português, ele é mencionado ao longo do texto junto com muitos outros, como um dos pesquisadores mais influentes no atual panorama historiográfico brasileiro e brasilianista. A conversa caminhou por sua trajetória acadêmica e pelos rumos tomados pela historiografia sobre o “Brasil colônia” nos últimos 20 anos. Uma entrevista que nos permite conhecer melhor a historiadora, a professora e a excelente pessoa que é Maria Fernanda Bicalho.

José Manuel Santos Pérez: Professora Bicalho, cara Fernanda, em primeiro lugar, muito obrigado por aceitar essa entrevista para a *Revista de Estudios Brasileños*. Como e quando surgiu o seu interesse pela História?

Maria Fernanda Bicalho: O meu interesse pela História surgiu ainda quando eu fazia o segundo grau. A finais dos anos 1970, eu estudava em um colégio de esquerda e tive vários excelentes professores de História. De alguma forma, eles conseguiram chamar a minha atenção para essa disciplina. A partir daí, eu pensei que gostaria de ser duas coisas: ser professora, e ser professora de História. Os meus colegas diziam que História era uma matéria muito difícil, porque tinha que decorar fatos e datas, mas eu nunca achei que fosse assim. Eu sempre tive uma curiosidade muito grande pelos processos e pelas formas de narrar. E nunca pensei que a História fosse uma coisa definitiva, que fosse um discurso acabado ou contivesse uma verdade absoluta. E as diferentes formas de narrar um acontecimento, ou um processo, me fascinavam. Então, o meu interesse pela História começou no colégio. Eu era adolescente, tinha entre 15 e 17 anos, e cada vez mais eu tive a certeza de que o que eu queria era História.

Naquela época havia o curso de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como era o período da Ditadura, o curso era muito problemático porque alguns professores foram perseguidos. Na verdade, havia dois grandes cursos muito prestigiados no Rio de Janeiro: na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, e outro na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Eu era filha de médico, classe média bem-sucedida; era a primeira de quatro filhos, e meu pai achava que ir para Niterói poderia ser perigoso, já que o curso era de noite. Então eu acabei escolhendo a PUC-RJ. Foi um curso absolutamente importante! Excelente! Porém, tinha uma coisa problemática: era um curso com um cunho marxista num momento histórico muito complicado, em plena Ditadura Militar. Mas, isso não quer dizer que eu também fosse um pouco marxista naquela época. Então, era muito fácil: a gente aprendia uma fórmula, e a reproduzia na maior parte das disciplinas. Por exemplo, durante a graduação na PUC-RJ, eu fiz um curso de Filosofia sobre Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques

PALAVRAS-CHAVE

**Brasil colonial;
historiografia;
redes sociais;
período filipino;
história das
cidades e
urbanismo; elites;
trajetórias.**

PALABRAS CLAVE

**Brasil colonial;
Historiografía;
redes sociales;
periodo filipino;
historia de
ciudades y
urbanismo; elites;
trayectorias.**

KEYWORDS

**Colonial Brazil;
Historiography;
social networks;
Philippine period;
history of cities
and urbanism;
elites; trajectories.**

Rousseau, que me fascinou. Depois do curso, utilizei esses três pensadores numa disciplina de História contemporânea sobre a Revolução Francesa, e foi a minha menor nota, porque não eram autores marxistas.

Ainda na graduação, eu tive um professor, Ricardo Benzaquen², que faleceu muito precocemente. Ele era historiador, mas também era antropólogo, porque havia feito o mestrado no programa de Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. Então, quando eu terminei o curso de História, ele me perguntou se eu não gostaria de mudar para Antropologia. Para entrar no curso do Museu Nacional era preciso fazer uma monografia, e eu fui aprovada. Naquela época não havia um tempo máximo para terminar o mestrado, como tem hoje, de dois anos. E, embora eu tivesse bolsa por dois anos, eu passei cinco anos da minha vida no Museu Nacional. Nessa época, eu já dava aula.

Assim que eu terminei o curso de História, comecei a dar aula numa faculdade particular, e imediatamente depois, ao entrar no Museu Nacional, em 1983, eu comecei a dar aula na PUC-RJ, onde permaneci por oito anos. Dava aula de História, mas estudava Antropologia, o que me abriu um continente de inquietações e de ideias. Eu acho que foi o curso mais forte que eu tive na vida. Era muito difícil, a gente lia muito, e era tudo muito novo para mim. Eu não vinha das Ciências Sociais, eu não vinha da Antropologia. Além disso, a minha dissertação de mestrado se chamava *O belo sexo: imprensa e identidade feminina* (1988), que era o nome de um dos jornais femininos na segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro. Como a pesquisa era sobre os jornais femininos escritos por mulheres no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, eu encontrei algumas dificuldades para justificar essa dissertação dentro da área de Antropologia. Primeiro, porque o meu campo de pesquisa era a Biblioteca Nacional, e dentro dela a Seção de Periódicos e de Obras Raras, como era por exemplo o primeiro jornal, chamado o *Jornal das Senhoras*. Segundo, os meus personagens, os meus informantes, eram mulheres que já não viviam mais. Não havia índios, não havia classes populares nem trabalhadores, mas eu devia defender o trabalho dentro de um contexto de literatura de Antropologia. Tudo isso me permitiu, mais tarde, depois de defender a dissertação, voltar de forma natural para a História.

A minha atuação profissional como professora era na área de História. Eu dava aula como horista em três universidades diferentes. Quando consegui aprovar o concurso na UFF para professora efetiva, onde eu já atuava como professora substituta, comecei o Doutorado com a professora Laura de Mello e Souza³, da Universidade de São Paulo (USP). E assim, voltei para a área de História, porém dessa vez eu quis estudar aquela sociedade colonial distante, porque até então a minha atuação havia sido sobre o Brasil contemporâneo dos séculos XIX e XX. No doutorado, eu escolhi pesquisar sobre o medo: era 1992, época da História das Mentalidades com Jean Delumeau, etc. Mas, também relacionado com o que Laura fazia naquele momento, pois ela acabava de publicar *O diabo e a Terra de Santa Cruz* (1986). E foi assim, ela aceitou me orientar no doutorado. Inicialmente, a tese era sobre o medo na cidade do Rio de Janeiro. Eu acho que todas as questões que escolhemos têm a ver com o que vivemos, no meu caso, a questão da imprensa, da identidade feminina, de um certo feminismo possível no século XIX, e, mais tarde, a questão do medo numa cidade como o Rio de Janeiro.

JMSP: E por que escolheu o Rio de Janeiro?

Maria Fernanda Bicalho: Porque eu já trabalhava muito com o Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX, inclusive em sala de aula. Mas também porque é a minha cidade, porque os arquivos e as fontes estavam ali. A ideia inicial partia de uma consulta do Conselho Ultramarino, que, hoje, é o meu objeto de pesquisa. Então, tratava-se de uma consulta do Conselho Ultramarino que foi muito citada por Fernando Novais, e inclusive por Silvia Lara, no livro *Campos da violência* (1988); Luciano Figueiredo também trabalhou com a consulta, até mesmo a Laura. Era uma consulta de 1732, de António Rodrigues da Costa, um Conselheiro muito importante do Conselho Ultramarino. Embora não fosse de capa-espada, era um importante magistrado que foi Conselheiro durante quase toda a primeira metade do século XVIII. Ele escreveu uma consulta, alguns meses antes de morrer, dizendo que todas as nações sofrem dois perigos: uns externos e outros internos. Os perigos externos seriam decorrentes da ambição de outras nações pelas riquezas de suas colônias; os perigos internos seriam as revoltas dos vassallos contra as arbitrariedades dos soberanos. Então, a partir dessas ideias, eu quis estudar o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII, na época da Guerra de

Sucessão, período das invasões francesas, do crescimento do ouro, dos motins, das revoltas, das rebeliões. Mas, eu não me dei conta de que, para estudar os “perigos internos”, eu precisava das fontes do Arquivo da Câmara do Rio de Janeiro, mas o prédio do Senado da Câmara do Rio de Janeiro se havia incendiado em 1790. Por isso, a documentação camarária do cotidiano da cidade do Rio desse período, que travava sobre essas ameaças e motins, não existia no nível da Câmara Municipal.

Para estudar os “perigos externos”, primeiro, eu fui para Portugal e depois para a França. Em Paris, eu pesquisei em *Les Affaires Étrangères*, nos *Archives Nationales*, na Biblioteca Nacional. Em Portugal, entre 1994 e 1995, eu contava com uma bolsa sanduiche, e pesquisei no Arquivo Histórico Ultramarino. Naquela época, não havia ainda Projeto Resgate, nem nenhum tipo de catalogação daquela documentação, tínhamos que ver caixa por caixa, capilha por capilha, o que me levou a passar nove meses no Arquivo Histórico Ultramarino, pesquisando informações sobre a Câmara. Em resumo, a tese que eu defendi, e o livro que foi publicado a partir dela, tem doze capítulos, curtos, mas são doze capítulos. Há uma parte sobre as invasões francesas, e outra com três capítulos sobre política e administração, poder central e poder local. Foi aí que eu comecei a me interessar pela Administração local das Câmaras coloniais, por causa da experiência que eu tive em Portugal. A bolsa sanduiche - que era paga pelo governo brasileiro-, estipulava que eu devia ter um orientador em Portugal. Por indicação da minha orientadora, Laura de Mello e Souza, quem supervisionou a minha pesquisa durante esse tempo foi Francisco Bettencourt. E depois, na França, onde fiquei seis meses, foi a dona Kátia, Kátia Matoso; ambos foram certamente importantes para o desenvolvimento do meu trabalho.

Quando cheguei em Portugal, em 1994, tinham sido publicados recentemente dois livros, que foram muito importantes para mim: o primeiro, de António Manuel Hespanha (1989), e o outro de Valentim Alexandre, ambos de leitura incontornável e recomendados por Francisco Bettencourt. Então, a estrutura da minha tese tem três partes: a primeira, Portugal em suas relações internacionais, muito influenciada por Valentim Alexandre, pelo livro *Os sentidos do Império* (Alexandre, 1993); a segunda parte, sobre um tema que eu vim a desenvolver posteriormente, a questão da cidade, do urbano, do urbanismo, da capitalidade. Este é um tema sobre o qual eu também venho trabalhando (tenho atualmente uma pesquisa sobre isso); e a terceira parte que é sobre poder local e poder central, sobre as várias jurisdições, onde aparece a Câmara e a capacidade de negociação desses súditos e vassallos, que foi muito influenciada por António Manuel Hespanha.

JMSP: A sua tese, e o livro resultado dela, *A cidade e o Império. O Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa*, significaram um grande avanço para a temática das cidades coloniais, urbanismo, instituições e configuração das elites políticas urbanas. Como o livro influenciou na mais recente historiografia?

Maria Fernanda Bicalho: Bom, eu não poderia dizer exatamente qual foi a influência do meu livro na mais recente historiografia. Eu conheci o livro de António Manuel Hespanha assim que foi publicado em Portugal. Esses anos de 1994 e 1995 que passei ali foram um momento muito rico. Mais tarde, em 1998, eu voltei ao país com uma bolsa da Biblioteca Nacional de Portugal. Mas, esses anos foram muito ricos, de um intenso debate sobre duas grandes discussões: uma sobre o Império português no contexto dos Descobrimientos, das comemorações dos Descobrimientos, com a republicação do livro de Charles R. Boxer, *O império marítimo português* (Boxer: 1991 [1969]), e outra sobre a introdução de uma historiografia anglo-saxã, de historiadores que tematizavam sobre o Império. Por volta de 1994, havia uma linha editorial da editora DIFEL, que havia publicado o livro de Sanjay Subrahmanyam, *O império asiático português 1500-1700* (1995), assim como o livro de Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor* (1994), além da publicação do livro que foi resultado da tese de doutorado do Jorge Pedreira (1994; 1995), também sobre a questão comercial na colônia. Então, foi um momento de explosão dos estudos sobre o Império e de estudos sobre as relações entre o central e o local, de centro e periferia no mundo luso-brasileiro. Não poderia deixar de citar a publicação de *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, sobretudo os volumes três e quatro, coordenados por Joaquim Romero Magalhães e António Manuel Hespanha (1994) respectivamente. Foi um momento muito rico nesse tipo de reflexão e de discussão.

Depois de Portugal, voltei para o Brasil, quando surgiu a ideia de publicar *O Antigo Regime nos trópicos*. Eu acho que esse livro foi absolutamente inovador, embora tenha sido uma coletânea. Em função disso, eu comecei a usar muito a obra de António Manuel Hespanha, mas não somente eu, outras pessoas foram a Portugal e tiveram contato com essa bibliografia. Porém, eu creio que sim, que talvez a primeira pessoa que tenha utilizado de forma mais aprofundada, ou que tenha utilizado mais ostensivamente António Manuel Hespanha em seu trabalho de doutorado tenha sido eu, pelo menos num primeiro momento. Depois ele se espalhou, e vieram muitas publicações sobre Câmaras e sobre o poder local. Atualmente, no Brasil, tem muita gente trabalhando sobre justiça, ouvidores, e temas mais ligados ao problema da justiça. Eu acho que foi uma volta, um retorno, e uma inovação da História Política, da Nova História Política.

JMSP: Já que mencionou o livro *O Antigo Regime nos trópicos*, organizado em conjunto com João Fragoso e Fátima Gouvêa, muitos consideram que esta é uma obra fundamental, porque teve, e tem, uma enorme influência em historiadores mais jovens, além de ser uma das causas do renovado interesse pela História colonial. Você poderia comentar a influência dessa obra?

Maria Fernanda Bicalho: Bom, eu gosto muito do livro! Eu acho que ele teve muita influência na produção historiográfica desses historiadores mais jovens, em teses de doutorado e dissertações de mestrado. A primeira edição do livro é de 2001, portanto é uma obra que já conquistou a maioria, já tem dezoito anos. Mas, vendo agora com um certo distanciamento, o mais interessante, o maior mérito do livro foi, de fato, causar, provocar, um intenso debate sobre a natureza do sistema colonial no seio da historiografia brasileira e portuguesa. Quando foi lançado, o livro causou muita polêmica porque contestava a ideia muito arraigada na historiografia, desde Caio Prado, de uma colonização de exploração, de uma dominação que se fazia de cima para baixo, sem a capacidade de negociação com as elites coloniais ou mesmo com as populações coloniais. E isso fez com que houvesse muita polêmica, a ponto de uma vez eu ter ouvido diretamente que nós éramos historiadores salazaristas, porque dizíamos que não havia colônia, mas províncias do Império, tal qual o discurso salazarista. Depois desta polêmica inicial houve uma resposta ao que nós fizemos, principalmente através do livro - especialmente no primeiro capítulo - *O sol e a sombra* (2006) de Laura de Mello e Souza, que como já mencionei, foi minha orientadora, e com quem eu continuo trabalhando e que hoje é uma grande amiga. Mesmo se, por um lado, no calor da hora, os ânimos ficassem um pouco acirrados, isso fez com que nós, historiadores implicados nesse debate, aprimorássemos as nossas pesquisas, as nossas investigações, as nossas colocações, os nossos argumentos. Assim, mais do que apresentar um programa de investigação e um arcabouço teórico determinado, o livro provocou um grande debate, chacoalhou a historiografia de uma maneira que eu acho que foi muito positiva.

JMSP: Eu sempre achei este livro uma obra fundamental. Não podemos entender a historiografia mais recente sem as novas propostas temáticas e interpretativas abertas por vários textos do livro. Por outro lado, eu acho que atualmente muitos jovens historiadores utilizam de maneira acrítica vários conceitos e ferramentas interpretativas que vocês, como grupo, têm trabalhado. Em *Antigo Regime nos trópicos*, e no transcurso dos anos, em obras posteriores relacionadas a essa, digamos, corrente historiográfica, aparecem termos como “monarquia pluricontinental”, “monarquia pluricêntrica”, “nobreza da terra”, ou “redes imperiais”. Alguns desses conceitos são muito parecidos, ou inclusive são uma continuidade, com termos que foram criados anteriormente e utilizados para as realidades coloniais hispânica e inglesa, como “monarquia compósita” de John H. Elliott, “*negotiated authorities*”, de Jack P. Greene, e “redes polivalentes” de Jorge Gelman. A América portuguesa precisava de termos próprios? Essa realidade colonial portuguesa na América foi realmente tão diferente dos demais sistemas coloniais?

Maria Fernanda Bicalho: O conceito de monarquia pluricontinental é um conceito bem mais recente. O primeiro que elaborou este conceito foi Nuno Monteiro. O livro *Um Reino e suas repúblicas no Atlântico*, publicado em 2017 pela editora Civilização Brasileira, organizado por João Fragoso e Nuno Monteiro, do qual eu faço parte, utiliza e tenta conceituar essa ideia de monarquia pluricontinental. Certamente este conceito vem sendo pensado por esses autores que o utilizam, talvez, no lugar da ideia de Império português, em contraposição, mas em diálogo constante, com o conceito de “monarquia compósita” de Elliott. Ou seja, o conceito de monarquia pluricontinental implica haver uma certa assimetria nessa relação entre a antiga

metrópole e os territórios ultramarinos, colônias ou conquistas. Eu já usei muito o conceito de “autoridades negociadas” de Jack P. Greene, e isso também foi muito criticado. Algumas críticas sobre a utilização desse conceito afirmavam que nós perdíamos a especificidade da América portuguesa, como se a América portuguesa e a América inglesa fossem a mesma coisa, ou que a cultura política das duas fosse a mesma coisa, o que não é absolutamente verdade. Nós usamos esse conceito no sentido de mostrar que esse processo de construção de uma soberania, da construção desse Império, dessa monarquia pluricontinental, se baseou na negociação, embora essa negociação tivesse a sua especificidade, assim como cada uma dessas colônias ou dessas conquistas, ou desses assentamentos. Então, são conceitos que estão muito em discussão com a historiografia internacional.

Além disso, atualmente estão surgindo outras abordagens que, de certa forma, vão influenciar cada vez mais a historiografia e os jovens historiadores que se formam nos nossos programas de pós-graduação: me refiro à História Global, à questão da globalização que vem se afirmando cada vez mais na historiografia brasileira. Então, são formas de apropriar uma série de conceitos, mas que dependem e exigem serem adequados às nossas investigações, às fontes de que dispomos.

JMSP: Uma das suas contribuições à historiografia sobre a América portuguesa foi a interpretação sobre as elites coloniais, assim como os textos que vem escrevendo sobre historiografia das elites coloniais (Bicalho, 2005), contribuição muito importante, que aqui na Universidade de Salamanca usamos muito com os estudantes. Como avalia essa contribuição? Qual o significado do seu trabalho para os estudos das elites coloniais na América portuguesa?

Maria Fernanda Bicalho: Eu acho que a minha contribuição veio junto com várias contribuições. Eu tenho que citar George Félix Cabral de Souza, que foi seu orientando, que estudou aqui em Salamanca, e que fez uma tese premiada sobre as elites coloniais (2007). As nossas reflexões sobre as elites coloniais – as minhas e as de George -, estão baseadas, por um lado, na historiografia brasileira, no conceito de “nobreza da terra”, também muito utilizado por Evaldo Cabral de Mello (1989), referência que ele encontrou na documentação da Câmara de Olinda; e, por outro lado, numa certa interlocução com a historiografia internacional, ou pelo menos ibérica. Por exemplo, com você, com o seu trabalho de doutorado sobre as elites coloniais (Santos Pérez, 1999), sobre o poder local, ou com Nuno Monteiro, que trabalhou a questão das elites camararias em Portugal. Eu e George somos de uma mesma “geração” historiográfica, que tem centrado os seus estudos nas elites, como houve uma geração anterior de cunho marxista que trabalhava as classes subalternas, ou que estudava os “desclassificados” para voltar a Laura de Mello e Souza (1982). Na verdade, eu me apaixonei pelo trabalho de Laura, *Desclassificados do ouro*, que para mim é um livro extraordinário até hoje.

JMSP: Tenho a impressão de que, especificamente sobre o estudo das elites, havia um certo atraso no Brasil se compararmos com a América hispânica, para a qual já havia uma tradição de 20 anos de estudo sobre a questão. E, a partir do seu trabalho e do trabalho de George, os estudos dos governos de Câmaras, ou das elites locais, vêm crescendo muito no Brasil. Outros historiadores trabalharam essa temática em níveis superiores, e foram criados termos como “redes imperiais”, cunhado por Fátima Gouvêa (2005), e inclusive “redes interimperiais”, termo usado por Christopher Ebert (2008). Como analisa esses conceitos e a nova visão de elites que parecem mais que conectadas, “hiper-conectadas”?

Maria Fernanda Bicalho: Você tem toda a razão. Eu lembro que uma das inspiradoras do meu trabalho, da minha tese, foi e continua sendo Pilar Ponce - hoje eu vim a conhecê-la e nos tornamos interlocutoras -, que trabalhava sobre o *cabildo*⁴ e as elites em Quito (Ponce Leiva, 1996). Apesar da influência dessa temática e de haver vários trabalhos sobre redes, eu nunca trabalhei propriamente com uma rede comercial ou de parentesco, ou com essas “redes imperiais ou governativas” como Fátima Gouvêa as definiu. Eu fui mais influenciada por uma historiografia de cariz econômico e pela questão da “história interconectada”, com autores como Sanjay Subrahmanyam e a ideia das *Connected Histories* (2007), ou Serge Gruzinski (2001). Concorro que a historiografia hispano-americana e a historiografia ibérica ligada à América hispânica está muito mais desenvolvida, e lamento que até hoje, com toda a interlocução, com tudo o que nós fomos capazes de obter em termos de financiamento, de deslocamento para pesquisa, nós viemos muito para Europa, para a ex-

metrópole, mas fomos muito pouco para outros países da América Latina, da ex-América hispânica: poucas vezes pesquisamos no México, na Argentina, na Colômbia, no Chile, etc. Não sei se para fazer uma História comparativa, embora eu vá mencionar novamente o Elliott, mas o Elliott de *Imperios del Mundo Atlántico* (Elliott, 2006). No livro, ele defende a História comparativa e o faz magnificamente. Alguns pesquisadores fizeram essa ponte de forma consistente, e cito aqui o meu colega Ronald Raminelli, que publicou o livro *Nobrezas do Novo Mundo* (2015). Ele trabalha no sentido de fazer uma História comparativa entre a América portuguesa e a América hispânica, mas realmente não fizemos estudos na forma de uma história conectada. Espero que com a nova perspectiva da História global possamos ter instrumentos para modificar isso que nos falta.

JMSP: Sobre a categoria de rede social, eu acho que ela foi superdimensionada, a ponto de explicar quase tudo o que acontecia na América colonial através desse conceito. Não acha que passamos do monopólio interpretativo das classes sociais ao monopólio interpretativo das redes sociais?

Maria Fernanda Bicalho: O que você chama exatamente de redes sociais?

JMSP: Um enfoque interpretativo da História colonial baseado nos vínculos ou relações interpessoais, comerciais, políticas, militares ou outras.

Maria Fernanda Bicalho: Eu acho que toda mudança, novidade ou inovação, tem um certo exagero inicial, para depois se conformar e se assentar. O abandono do conceito de classe ou de comunidade mais ampla tem uma grande influência da micro-história. Não só a micro-história de Giovanni Levi (1993), mas também a micro-história de Fredrik Barth (1966), feita a partir da perspectiva da Antropologia. De fato, tem uma coisa que eu acho interessante: vários trabalhos foram, sem dúvida, muito inovadores nesse sentido, mas, como você mencionou antes, existem conceitos utilizados de forma muito pouco crítica por jovens pesquisadores, como é o caso do conceito de redes, que vem sendo usado de uma forma acrítica e pouco teórica. Qualquer coisa é rede.

Outro problema é o que acontece com a insistente prosopografia e a questão das trajetórias. A partir da minha experiência, não só de orientação, mas também na participação em bancas de teses, muitas vezes escolhe-se um personagem, uma família, um ou dois grupos, e se discorre sobre a trajetória desses personagens: magistrados, comerciantes, governadores, etc. E claro, todos eles ganharam mercês régias, todos eles tiveram privilégios ou monopólios sobre alguma coisa, todos eles receberam o hábito da Ordem de Cristo, e fica assim uma história sem uma problematização. Às vezes eu digo: mais uma trajetória não vou aguentar! Eu acho que a historiografia das redes e sua metodologia devem ser problematizadas, assim como servir para a problematização de um tema de pesquisa. A mesma coisa acontece para a questão das trajetórias, que devem ultrapassar a simples trajetória para ver, por exemplo, como governava esse homem com essa trajetória, qual foi a sua atuação política numa determinada localidade; por exemplo, um vice-rei, talvez não interesse tanto se ele era um conde, ou se ganhou o hábito da Ordem de Cristo, porém interesse mais a forma como governou naquele momento específico, naquela conjuntura determinada, quais foram as suas alianças e suas dissensões com as elites locais e com a própria metrópole.

JMSP: Mudando de tema, nos últimos anos, você vem trabalhando com a questão da administração da justiça, da justiça em geral no período colonial. Quais são as contribuições mais importantes sobre esse tema?

Maria Fernanda Bicalho: Eu vou voltar a falar sobre o que já falei um pouco aqui. No caso da justiça colonial no Brasil, lamento também que a gente não tenha um diálogo mais profícuo com a historiografia sobre a América hispânica, por exemplo, com os estudos sobre as *audiencias*. No caso do Brasil, cito o estudo absolutamente pioneiro do Stuart B. Schwartz, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial* (2011, [1973]), que na década de 1970, não só trabalhou com justiça, com o Tribunal da Relação, mas nos mostrou que o exercício da justiça não estava acima da sociedade. Stuart Schwartz tem uma discussão importante com Raymundo Faoro sobre temáticas que apareceram no livro *Burocracia e Sociedade* e que vão aparecer

também na obra *Segredos internos* (1988). No capítulo 9 de *Segredos internos*, que é sobre uma sociedade escravista colonial, e junta a classe social e a justiça, ele vai mostrar como o Estado não estava acima da sociedade, mas composto por atores sociais. E em *Burocracia e Sociedade* é onde ele mostra essa interrelação entre a burocracia régia, o conjunto de magistrados, a instituição da Relação e as elites locais, no caso da Bahia. É um estudo pioneiro em todos os sentidos: é pioneiro em relação à História da justiça no Brasil e é pioneiro também na forma de analisar a justiça. É uma História Social da Justiça, e não uma História do Direito. Talvez não tão pioneiro quanto Raymundo Faoro, mas a segunda versão do livro *Os donos do poder* é de 1975, assim, posterior ao livro de Stuart B. Schwartz.

JMSP: Devemos ver o livro do Schwartz em contexto. Na mesma época, foram publicados outros três livros fundamentais para a América hispânica, três obras sobre o México no século XVIII: as obras de David A. Brading sobre os as elites mineiras (1975); Brian R. Hamnett com um livro sobre os magistrados de Oaxaca (1971); e o livro de Peter Bakewell sobre as relações entre a elite e o poder em Zacatecas (1971). E foi nesse momento quando apareceu a obra de Schwartz. É um contexto de obras fundamentais realizadas a partir de prosopografias, que foram além das perguntas tradicionais feitas pela historiografia da época sobre “oligarquias”. Até o momento falava-se muito de oligarquias, mas eles passaram a falar de “elites”. Esses três trabalhos foram absolutamente fundamentais para a América hispânica. Depois deles vieram muitos outros sobre elites, mas no caso do Brasil, ficou apenas o livro de Stuart Schwartz, até você chegar e recuperar uma história das elites, e junto com Laura de Mello de Souza, em *O sol e a sombra*, uma história das instituições. Por que esse vazio no Brasil? Por que ninguém se interessou, a partir dos anos 70, por essa Nova História Política? Uma História renovada das elites e das instituições que, no caso, teria acompanhado a historiografia sobre a América colonial?

Maria Fernanda Bicalho: José Manuel, eu não posso te dizer o porquê, mas, agora você me perguntando isso, eu posso levantar algumas hipóteses.

JMSP: Poderia ser pela influência da História das mentalidades ou da História Econômica na historiografia brasileira? A História Econômica continuava tendo um peso enorme na historiografia brasileira?

Maria Fernanda Bicalho: Sim, e uma História Econômica também renovada, porque não podemos esquecer que a tese de Fernando Novais significou uma verdadeira renovação da História Econômica (1972). Eu lamento muito esse vazio, apesar de que não seja algo a lamentar-se, porque isso tinha a ver com uma conjuntura específica do Brasil. Estávamos em plena Ditadura, como a Argentina e o Chile. Houve, sim, um peso muito grande da História Econômica, uma influência muito grande dos historiadores e professores formados na USP, uma influência muito grande de uma certa historiografia dos *Annales*, ligados a Fernand Braudel, que também esteve na USP, de Frédéric Mauro, de Vitorino Magalhães Godinho... Eu entrei na década de 1980 na PUC-RJ, e eu li toda a obra, até então, de Magalhães Godinho.

JMSP: Que já fazia História Global, apesar de que ele a chamava “História Mundial”.

Maria Fernanda Bicalho: Exato. Eu li Frédéric Mauro, Magalhães Godinho, Braudel, Fernando Novais, que tinham publicado na década de 1970. Não é que Stuart Schwartz ficasse na sombra, mas acho que essa história mais anglo-saxã, mais das instituições, ou da história política, estava representada na obra de Charles Boxer. O que eu li de Boxer não era o *Império marítimo português*, que só foi traduzido para o português no Brasil no ano de 2000.

JMSP: E para o espanhol, nunca.

Maria Fernanda Bicalho: Eu até tinha um livro do Boxer que eu comprei no Rio de Janeiro, que se chamava o *Império colonial português*, publicado por Edições 70, de Lisboa, em 1981. Esse tipo de História mais política era mais característica de uma historiografia anglo-saxã representada pelo Boxer, Schwartz e Russel-Wood, que escreveu *Fidalgos e Filantropos* (1981), sobre a Santa Casa de Misericórdia, - que segundo Boxer, era um dos dois pilares do império português junto com as Câmaras - uma obra que

nunca foi republicada. E devemos lembrar que foi um momento muito fértil da História Econômica, muito influenciada pela escola *cepalina*, com todos os sociólogos, cientistas políticos, economistas e historiadores da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Além disso, é importante ressaltar que logo na década de 1980 houve uma verdadeira revolução dos estudos sobre a escravidão, com autores como Silvia Lara, João Reis; e um pouco mais tarde, Sidney Chalhoub, Eduardo Silva com a temática “negociação ou conflito”; Luiz Felipe de Alencastro, Hebe Matos, Kátia Matoso, no quais o escravo deixou de ser “coisa”. Foram estudos absolutamente revolucionários no interior da historiografia brasileira, incluindo historiadores que publicaram um pouco antes desse momento, como foi o caso da obra *O Escravismo colonial*, de Jacob Gorender (1978). A diferente conjuntura fez com que os estudos sobre Administração só tivessem um impulso de inovação a partir dos anos 1990. *O Antigo Regime nos trópicos* é um desses estudos, mas não o único. Talvez porque estivéssemos no momento da Ditadura, e sob uma grande influência da História Econômica. Uma História Econômica que, aliás, também significou uma contribuição fundamental, mesmo que possamos agora discutir o “Antigo Sistema Colonial”; eu acho que Novais é muito mal interpretado, porque a tese dele fala da crise do Antigo Sistema Colonial entre 1777 e 1808, mas aí resolveram que o Antigo Sistema Colonial começou em 1500...

JMSP: Atualmente, você está na Espanha realizando uma pesquisa sobre instituições no século XVII, especificamente, no período da União das Coroas, o “Período Filipino”. Qual foi a causa dessa mudança, do século XVIII para o século XVII? Você deixou de ser *dieciochesca*?

Maria Fernanda Bicalho: Justo eu que acabei de criticar as trajetórias, vou falar da minha própria [risos]. Estou na Espanha e não em Portugal. Desde 1994 até agora, sempre que tive a oportunidade, eu pesquisei em Portugal: no doutorado e nos pós-doutorados. Eu fiz dois pós-doutorados no Instituto de Ciências Sociais com o professor Nuno Monteiro. E há algum tempo estou trabalhando temas como as Câmaras, o poder central, o Conselho Ultramarino, a formulação de uma política ultramarina dentro da *polisinodia* portuguesa, e defendo que não havia um projeto colonial, mas que a política colonial era muito negociada, ou que ela surge quase a partir das demandas e das necessidades das elites coloniais, demandas que eram discutidas no Conselho Ultramarino. A minha tese foi sobre o século XVIII, mas nesse momento, eu queria outra interlocução, e a estou procurando aqui. Não é à toa que estou na Espanha. Comecei a me interessar pelo tema do Período Filipino, pela união ou agregação das coroas porque é um tema muito “retumbante”, é muito interessante a historiografia da qual você faz parte, junto com Fernando Bouza, Pedro Cardim, Rafael Valladares, Jean Frédéric Schaub, e também a Ana Paula Megiani, minha colega no Brasil. Eu tenho lido muito vocês, e a partir dessa leitura, quis aprofundar um pouco mais sobre essa *polisinodia* portuguesa no momento da união das coroas. Por exemplo, eu não conheço nenhum trabalho aprofundado sobre o Conselho da Índia, que durou muito pouco tempo, dez anos, de 1604 a 1614. Depois da minha ida ao Arquivo Geral de Simancas, comecei a me interessar também pelas consultas do Conselho de Portugal e pelo percurso dessas consultas. É muito interessante. Eu passei uma semana em Simancas, e o que eu consegui perceber é que as consultas do Conselho da Índia eram revistas pelo vice-rei em Portugal, que dava o seu parecer, e que depois isso vinha para o Conselho de Portugal, que revia, e que muitas vezes a consulta acabava no Conselho de Estado, antes de o Rei tomar uma decisão. Então, são esses circuitos da Administração que me interessam, que aliás eram muito mais complexos, e não sei se mais conflituosos, mas muito mais delicados no momento de Portugal na Monarquia Hispânica do que no momento pós-Restauração, quando já não havia mais casos, por exemplo, como o do Conde de Salinas, que era um espanhol no Conselho de Portugal. Eu vim do Conselho Ultramarino porque as últimas coisas que eu fiz foram relativas a um certo declínio jurisdicional do Conselho Ultramarino durante o governo de D. João V, principalmente a partir dos anos 1720 e 1730, com a emergência do Secretário de Estado e das Secretarias de Estado, que vão assumir no governo pombalino, quer dizer, no governo de D. José I, um protagonismo muito maior. E eu cheguei ali e retornei para ver isso dentro de uma conjuntura diferente, com uma novidade, com uma complexidade, para compreender algo que eu ainda não consegui compreender e que foi o que me trouxe aqui com a bolsa do *Madrid Center for Advanced Study* (MIAS), que eu pleiteei no ano passado, mas que estou apenas começando.

JMSP: Como é esse trabalho de pesquisa em arquivos espanhóis, especificamente em Simancas?

Maria Fernanda Bicalho: Foi só uma semana, mas eu fiquei fascinada. Eu não estou comparando Simancas com o Arquivo Histórico Ultramarino, mas são dois arquivos que me deixaram estupefata. Em outubro de 1994 foi a primeira vez que estive no Arquivo Histórico Ultramarino, revisando a documentação sobre o Ultramar português. Eu lembro que Luciano Figueiredo, meu colega, havia estado um ano antes em Portugal, e ele me escreveu uma carta, que dizia: “Fernanda, a gente fala, fala, do Império português, mas você não pode imaginar o que foi o Império português... somente aqui, nesse arquivo, a gente tem a dimensão do que foi o Império português”. E em Simancas, a gente tem a dimensão da Monarquia Hispânica, que é incrível. Tem toda aquela documentação ali depositada relativa a Portugal, assinada pelo Rei, pelos vários “Felipes”... Atualmente, eu estou trabalhando no período do rei Felipe III (II de Portugal) e ele usa a fórmula “Eu rei de Portugal e Algarve, etc.”, mas ele diz assim: “não posso decidir isso porque tenho muitos outros reinos a contemplar ou muitas outras partes do mundo para decidir”. Então você tem a dimensão não mais do que era o Império português, mas do que foi a Monarquia Hispânica, com os vários impérios acoplados, “onde o sol nunca se põe”. É fascinante; além das excelentes condições e do modo como eu fui recebida naquele arquivo.

JMSP: Sem dúvida, esse período de pesquisa na Espanha vai contribuir para um diálogo com colegas espanhóis que também trabalham com o período moderno e a América hispânica. Como avalia essa relação? Acha que a historiografia brasileira tende a pensar num Brasil fechado, quase isolado? Isso é assim?

Maria Fernanda Bicalho: Isso não é assim. Eu acho que não continuará sendo assim, eu não sou a única vindo a Espanha. Aliás, eu sou uma retardatária vindo a Espanha. Eu posso te dizer que tenho colegas como Ana Paula Megiani, por exemplo, que já tem uma relação forte com vocês; ou Luciano Figueiredo, que já passou um mês no arquivo de Simancas, ou Ronald Raminelli, que vem constantemente; assim como, cada vez mais, os historiadores espanhóis também estão indo ao Brasil. Como no seu caso, apesar de que o seu interesse pelo Brasil já vem de mais tempo, mas também historiadores como Fernando Bouza, que já foi algumas vezes ao Brasil, e Federico Palomo também. Então eu acho que todos nós começamos a construir um diálogo. Em grande parte, eu penso que Pedro Cardim é o nosso padrinho, porque tem uma intensa relação com os modernistas espanhóis e a obra dele transita entre os dois mundos. Por outro lado, eu acho que o desinteresse que houve até então, ou melhor, um desconhecimento, está prestes a acabar. Eu acho que agora vamos nos conhecer e colaborar mais. Vamos nos globalizar.

JMSP: Felizmente. E não podemos esquecer da importância dos estudantes brasileiros, que cada vez mais vêm a Espanha para fazer teses e estudar e pesquisar em arquivos.

Maria Fernanda Bicalho: Exatamente.

JMSP: Para finalizar e aproveitando que mencionamos os estudantes de História, que provavelmente vão ler esta entrevista: nos últimos anos, em função da disponibilidade de fontes, como por exemplo, do projeto Resgate, das bolsas de doutorado pleno da CAPES, e com os muitos programas de mestrado e doutorado que foram criados nas universidades brasileiras, houve um incremento importante dos estudos sobre o período colonial no Brasil, sobre a América portuguesa, que podemos ver claramente na grande afluência de pesquisadores aos Encontros Internacionais de História Colonial. Qual é a sua opinião sobre esse fenômeno?

Maria Fernanda Bicalho: A minha opinião é que ele é absolutamente salutar. Todos os movimentos que você citou: primeiro, o financiamento, quer pela CAPES, quer pelo CNPq. Não somente as bolsas de doutorado pleno - que agora vão escassear -, mas também do programa de bolsas sanduiche. Isso para mim foi uma descoberta. Eu tento convencer a todos os meus alunos - os de mestrado não, mas alguns até vêm -, especialmente de doutorado, de que é impossível fazer uma tese de História Colonial do Brasil, de História Moderna, ou de História Ibérica, sem vir aos arquivos, não só os portugueses, mas também os espanhóis, os franceses e os britânicos. Portanto, em primeiro lugar é isso, o fato do financiamento pelo Governo brasileiro através desses programas quer de bolsa sanduiche quer de doutorado pleno. Há alguns

anos, nos últimos governos, esses programas de bolsa começaram a abranger igualmente os alunos de graduação. Os nossos programas não são o *Erasmus*, mas é uma forma de circulação de estudantes, principalmente, pelas universidades europeias, e um pouco menos pelas universidades norte-americanas, ou mesmo pelas universidades da América Latina.

Por outro lado, a proliferação de programas de pós-graduação tem dois lados. Por um lado, descentralizou o ensino da pós-graduação dos grandes centros do Sudeste ou do Sul: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, ou até mesmo Porto Alegre. Antigamente, tínhamos uma História Regional, uma História *tout court* da região. Com a descentralização, por outro lado, surgiu um interesse por estudos de História local, porém de uma história local globalizada, ligada, relacionada, conectada, com uma História global, ou que poderíamos chamar, não sei se essa seria a categoria, *Imperial*. Em *A cidade e o Império*, eu queria mostrar uma cidade, mas uma cidade dentro de um Império, dentro de uma rede de relações políticas, econômicas e culturais no nível do Império. E nesse sentido, é uma satisfação enorme participar de congressos e simpósios pelo Brasil a fora, ver o que está sendo produzido e debatido. Por exemplo, os Encontros Internacionais de História Colonial, para mim, são lugares de aprendizado. E mesmo as ANPUHs (Associação Nacional de História) regionais, - eu já fui convidada para participar de algumas, por exemplo, no Rio Grande do Norte-, são momentos nos quais você vê essa produção intensa baseada em pesquisa, em investigação de documentos, do Brasil inteiro. E só mais uma coisa da qual estou muito orgulhosa: é que como professora da pós-graduação da UFF e como orientadora de trabalhos de mestrado e doutorado, sobretudo de doutorado, eu tive e tenho alunos do Brasil inteiro. Então, esse processo permite a relação acadêmica entre alunos e alunas que se formaram em diferentes universidades do Brasil, e fizeram os seus mestrados nessas universidades - porque já houve a expansão dos programas de pós-graduação especialmente de mestrado-, e depois eles vêm fazer o doutorado comigo. Então, por exemplo, eu tive e tenho alunos do Mato Grosso, de Pernambuco, do Ceará, do Rio Grande do Norte, etc. Além disso, trazer essa relação entre as diferentes universidades, que começa no local, para uma rede maior, é muito interessante. Eu lembro de um texto publicado na revista *Penélope*, de Francisco Xavier Gil Pujol (1991), sobre a relação entre as localidades, centro e território, centro e localidades, que é muito interessante e com ele aprendemos muito, pois é uma via de mão dupla.

JMSP: Muito obrigado.

Maria Fernanda Bicalho: De nada.

NOTAS

¹ Transcrição de Elisa Tavares Duarte.

² Ricardo Benzaquen de Araujo foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, autor de *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30* (1994, Rio de Janeiro: Editora 34).

³ Cf. a entrevista de José Manuel Santos com a professora Laura de Mello e Souza no número 5 da REB, disponível em [<https://revistas.usal.es/index.php/2386-4540/article/view/reb201635171179/19182>].

⁴ O cabildo era a instituição de governo local das cidades coloniais na América hispânica, equivalente às câmaras dos territórios lusos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, M. V. F. (1993). *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento.
- Bakewell, P. J. (1971). *Silver Mining and Society in Colonial Mexico, Zacatecas, 1546-1700*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barth, F. (1966). *Models of social organization*. Londres: Royal Anthropological Institute.
- Benzaquen, R. (1994). *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Bicalho, M. F. (1988). *O belo sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Bicalho, M. F. (2003). *A cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bicalho, M. F. (2005). Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e Historiografia. In N. G. F. Monteiro, P. Cardim & M. Soares da Cunha (Org.). *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bicalho, M. F. & Ferlini, V. L. (Org) (2005). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português - século XVI-XIX*. São Paulo: Alameda.
- Bicalho, M. F., Souza, L. de M. e, & Furtado, J. F. (Coords.) (2009). *O Governo dos Povos. Relações de poder no mundo Ibérico na Época Moderna*. São Paulo: Alameda.
- Brading, D. A. (1975). *Mineros y comerciantes en el México borbónico (1763-1810)*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Ebert, C. (2008). *Between empires: Brazilian sugar in the early Atlantic economy, 1550-1630*. Boston, Leiden: Brill.
- Elliott, J. H. (2006). *Imperios del mundo Atlántico, España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madri: Taurus.
- Faoro, R. (1975). *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo.
- Fragoso, J., Gouvêa, M. de F., & Bicalho, M. F. (2001). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, J. & Gonçalo Monteiro, N. (Org.) (2017). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gelman, J. D. (1985). Cabildo y élite local, el caso de Buenos Aires en el siglo XVII, *HISLA*, nº 6.
- Gorender, J. (1978). *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática.
- Gouvêa, M. F. S. (2005). Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730). In Bicalho, M. F. & Ferlini, V. L. (Org) (2007). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português - século XVI-XIX*. São Paulo: Alameda.
- Greene, J. P. (1994). Negotiated Authorities: The Problem of Governance in the Extended Polities of the Early Modern Atlantic World. In *Negotiated Authorities. Essays in Colonial Political and Constitutional history*. Charlottesville; Londres: The University Press of Virginia.
- Gil Pujol, X. (1991). Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias nos séculos XVI e XVII. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, 6, 119-144.
- Gruzinski, S. (2001). Os mundos misturados da monarquia católica e outras Connected Histories. *Topoi*, 2(2), 175-195.
- Hamnett, B. (1971). *Politics and Trade in Southern Mexico, 1750-1821*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hespanha, A. M. (1989). *Vísperas del Leviatán: instituciones y poder político (Portugal, siglo XVII)*. Madri: Taurus.
- Hespanha, A. M. (1994). *O Antigo Regime* (Vol. IV, História de Portugal, J. Mattoso, Dir.). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Lara, S. H. (1988). *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Levi, G. (1993). Sobre microhistoria. In P. Burke (Ed.). *Formas de hacer historia* (pp. 119-143). Madri: Alianza Editorial.
- Megiani, A. P., Santos Pérez, J. M., & Silva, K. V. (Eds.) (2015). *O Brasil na Monarquia hispânica (1580-1668): novas interpretações*. São Paulo: Humanitas.
- Mello, E. C. de (1989). *O nome e o sangue*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Novais, F. (1972). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Pedreira, J. M. V. (1994). *Estrutura Industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel.
- Pedreira, J. M. V. (1995). *Os homens de negócio da praça de Lisboa, de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*. Tese

de doutorado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Ponce Leiva, P. (1996). *Elite local y cabildo de Quito, siglo XVII*. Tese de doutorado, Universidade Complutense de Madri, Madri, Espanha.

Raminelli, R. (2015). *Nobrezas do Novo Mundo. Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Russell-Wood, A. J. R. (1981). *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Santos Pérez, J. M. (1999). *Élites, poder local y régimen colonial. El cabildo y los regidores de Santiago de Guatemala, 1700-1787*. Cádiz, Vermont: CIRMA; Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz.

Schwartz, S. B. (1988). *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwartz, S. B. (2011). *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751* (B. Vargas, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

Souza, G. F. C. de (2007). *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tese de doutorado, Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha.

Souza, L. de M. e (1982). *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal.

Souza, L. de M. e (1986). *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.

Souza, L. de M. e (2006). *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.

Souza, L. de M. e & Bicalho, M. F. (2000). *1680-1720. O império deste mundo (Virando Séculos)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Subrahmanyam, S. (1995). *O império asiático português, 1500-1700: uma história política e económica*. Lisboa: DIFEL.

Subrahmanyam, S. (2007). Holding the world in balance: the connected histories of the Iberian Overseas Empires, 1500-1640. *American Historical Review*, 112(5), 1359-1385.

Thomaz, L. F. F. R. (1994). *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL.